

JUVENTIDES, EMPREENDEDORISMO E CAPITAL SOCIAL: ENTRE DISPUTAS E NEGOCIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Lídice de Barros Guerrieiro
lidguer@gmail.com
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil



RESUMEN

A investigação analisa teoricamente discursos e processos para compreender dinâmicas forjadas no campo envolvendo políticas públicas, juventudes, sociedade civil, democracia e mercado. A cultura do empreendedorismo e o empoderamento de organizações locais vêm se efetivando na América Latina, assim como, pressões por ações que democratizem o fazer político, sob forte orientação para e pelo mercado, com crescente participação do setor privado na definição das políticas públicas voltadas para a formação da força de trabalho jovem. Os conceitos selecionados pela pesquisa são: território, empoderamento e protagonismo. Seus usos são significativos para a análise da constituição de um repertório comum. Informalização do mercado de trabalho e reestruturação produtiva provocam um significativo deslocamento do processo de formação de capital humano das esferas formais – escolas – para espaços não formais - os projetos sociais. Tal formação associada às novas formas de produção e circulação de mercadorias - terceirização, produção de serviços e capitais desterritorializados - não pode prescindir de um conjunto de saberes produzidos e disseminados sob o signo de uma nova gramática do social. O capital social tem seu uso atualizado a partir das ideias de Robert Putnam e Francis Fukuyama. Para a Teoria do Capital Social, as respostas para a questão social envolvem uma mudança comportamental na busca de cooperação, confiança e 'espírito cívico'. Defendem a multiplicação dos valores de solidariedade, de sentimentos de prosperidade e coesão social, da cultura cívica, visando à ampliação das oportunidades de gerar capital, integrando assim o capital financeiro e material ao capital social, isso torna a dimensão econômica mais humana. A produção de capital social numa perspectiva liberal possibilita, além de produzir empoderamento e protagonismo, "educar" os conflitos criando uma rede de atores e relações capazes de forjar consensos em torno de demandas diante das questões sociais fortemente atravessadas pelos interesses do mercado e produção de coesão social. A proposta metodológica apresenta os resultados de uma análise documental dos projetos e ações buscando mapear propostas, documentos e autores de referência, premissas teóricas, categorias e inseri-los no debate teórico. Apresentaremos densa análise qualitativa dos conceitos de território, protagonismo e empoderamento presente em projetos, relatórios, publicações, e conteúdo dos sites de organizações sociais, instituições públicas e privadas. A hegemonia da pequena política, para Carlos Nelson Coutinho, é fundamental para a ordem neoliberal e, é através daquela, que a coerção dá lugar ao consenso para a neutralização dos conflitos. A partir de Antonio Gramsci e o conceito de Estado educador, realizo a leitura teórica dos desdobramentos das formas e lógicas de atuação do arranjo entre organizações, mercado e Estado, no delineamento da face educadora dos conflitos urbanos envolvendo juventudes em favelas na cidade do Rio de Janeiro.



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The research theoretically analyzes discourses and processes to understand forged dynamics in the field involving public policies, youth, civil society, democracy and the market. The culture of entrepreneurship and the empowerment of local organizations have been taking place in Latin America, as well as pressures for actions that democratize the political doing, under strong market orientation, with increasing participation of the private sector in the definition of public policies aimed at the formation of the young workforce. The concepts selected by the research are: territory, empowerment and protagonism. Its uses are significant for the analysis of the constitution of a common repertoire. Informalization of the labor market and productive restructuring provoke a significant displacement of the process of human capital formation from the formal spheres - schools - to nonformal spaces - social projects. Such formation associated with the new forms of production and circulation of goods - outsourcing, production of services and capitals deterritorialized - can not dispense with a set of knowledge produced and disseminated under the sign of a new grammar of social. Social capital has its use updated from the ideas of Robert Putnam and Francis Fukuyama. For Social Capital Theory, the answers to the social question involve a behavioral change in the search for cooperation, trust and 'civic spirit'. They defend the multiplication of values of solidarity, feelings of prosperity and social cohesion, of civic culture, in order to expand the opportunities to generate capital, thus integrating financial and material capital to social capital, this makes the economic dimension more humane. The production of social capital from a liberal perspective enables, in addition to producing empowerment and protagonism, to "educate" the conflicts by creating a network of actors and relationships capable of forging consensus around demands on social issues heavily crossed by the interests of the market and production of social cohesion. The methodological proposal presents the results of a documental analysis of the projects and actions seeking to map proposals, documents and reference authors, theoretical premises, categories and inserting them in the theoretical debate. We will present a dense qualitative analysis of the concepts of territory, protagonism and empowerment present in projects, reports, publications, and content of the websites of social organizations, public and private institutions. The hegemony of the small politics, for Carlos Nelson Coutinho, is fundamental for the neoliberal order and it is through this, that the coercion gives place to the consensus for the neutralization of the conflicts. Starting from Antonio Gramsci and the concept of educator state, I make a theoretical reading of the unfolding of the forms and logics of the arrangement between organizations, market and State, in the design of the educative face of urban conflicts involving youths in favelas in the city of Rio de Janeiro.

Palabras clave

Capital social; empoderamento; protagonismo.

Keywords

Social capital; empowerment; protagonism.



I. Introdução

As transformações na esfera do trabalho na contemporaneidade tem apresentado desafios práticos e interpretativos para compreender as disputas entre capital e trabalho na cidade do Rio de Janeiro e a centralidade das favelas nesse processo. A crescente articulação entre sociedade civil, poder público e mercado promove transformações de ordem econômica, política e cultural, vislumbradas como respostas ou ajustes ao capitalismo globalizado.

A entrada em cena de "novos" protagonistas – organizações da sociedade civil – ancorados em discursos supostamente apartidários e supraclassistas, organizações em redes com perfil de atuação territorializada, com alto poder mobilizador, apresenta um terceiro setor capaz de construir uma mediação entre setores da população e mercado. Notamos que é na esfera das formas e práticas culturais, entendidas como construções discursivas norteadoras dos sentidos para as ações, que estão se constituindo as disputas.

A pobreza vem se tornando o foco de políticas públicas, cujas orientações para administrá-la ou diminuí-la têm origem em documentos de agências multilaterais — Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Organizações das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) —, não apenas sob forma de financiamento, mas fundamentação teórica (Motta, 2012).

Orientações e metodologias fazem parte de um circuito em torno de uma complexa e heterogênea rede de fundações e organizações. São intermediárias que atuam em áreas distintas e em diversos países. Exercem a função de orientar outro conjunto de instituições, fundações e organizações locais que por sua vez gerenciam o financiamento e as orientações para as organizações da sociedade civil que promoverão os projetos.

Nesse circuito alguns institutos e organizações atuam como *think tanks* ideológicos difundindo valores e produzindo conhecimentos no campo econômico, politico, social e cultural sobre temas que podem ser objeto de políticas públicas ¹ e novas práticas no campo das intervenções sociais.

_

¹ O Instituto Millenium, organização da sociedade civil de interesse público, importante *think tank* cujos mantenedores são Gerdau, Pottencial Seguradora, Suzano, Grupo Abril, Évora Holding Company e Bank of America Merrill Lynch,



A investigação analisa os usos de conceitos para compreender dinâmicas no campo das políticas públicas focalizadas nas juventudes moradoras de favelas e periferias desenvolvidas por organizações sociais. A cultura do empreendedorismo mediada por organizações sociais locais vêm se efetivando, assim como, pressões por ações que democratizem o fazer político na arena pública. Entretanto, a articulação dos projetos às redes de *think tanks* e sua produção discursiva evidencia orientações para e pelo mercado.

Os conceitos selecionados são: *território*, *empoderamento* e *protagonismo*. Alguns de seus usos são apresentados ao longo no texto na tentativa de mapear a constituição de um repertório comum, que possibilita que essa gramática "cole" e tenha uma "adesão" a processos de formação junto à juventude de um *ethos* do trabalho funcional ao empreendedorismo periférico, caracterizado pela retirada de direitos sociais e trabalhistas.

O presente texto é um recorte da pesquisa de doutoramento ainda em andamento.

II. Desenvolvimento

Empreendedorismo, precarização e a construção de novos sentidos para o trabalho

Ao longo das duas últimas décadas são inúmeras as ações e iniciativas oriundas da chamada sociedade civil. Comumente identificada com ONGs, coletivos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), muitas vezes denominado Terceiro Setor, tais

considera que "a potencialidade de um *think tank* se mede tanto pela pluralidade de seus membros como pela força de suas capacidades para repensar, em comum e sem preconceitos, os temas da agenda política do país e do mundo. Os membros de um *think tank* podem e devem ter orientações claras a favor dos principais valores civilizatórios de nossa cultura – democracia, liberdade, estado de direito, economia de mercado, justiça social e ambiental etc. –, mas o que não podem é agir como militantes cegos de supostos interesses universais. Mesmo quando tendo algumas verdades para dizer, a atitude militante leva à implosão da capacidade criativa, – tal como já aconteceu com os mais importantes ONGs sociais e "*think tanks*" políticos no Brasil dos anos 80 e 90. Todos os cidadãos podem ter apostas políticas pessoais, mas a exigência de colocar por cima de suas crenças e interesses à liberdade e à pluralidade de ideias é o que o define, essencialmente, um indivíduo como membro de um *think tank*. Sem um espírito cívico maior como guia, *os think tanks* não conseguiriam oferecer seus esforços para a comunidade em seu conjunto, independentemente dos partidos e da ideologia que estivessem no poder e na oposição. Os *think tanks* são instituições seculares por natureza, elas não podem conviver, nem com a militância, nem com o fundamentalismo" (Disponível em http://www.institutomillenium.org.br/artigos/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/.).



ações intensificam-se e ganham visibilidades no período de redemocratização (Montaño; Duriguetto, 2011).

Se esses novos protagonismos representam formatos inovadores do fazer político, outro ator social não tão novo assim, as agências de fomento internacionais e uma rede formada por organizações de apoio² e *think tanks* – Fundação Ford, Sebrae, Rede Gife³, Instituto Millenium, Icco Cooperation⁴, etc. – destacam-se para que "protagonismos" tenham visibilidade e possam atuar no sentido de forjar um conjunto de ações que, de formas variadas, orientam pautas para as políticas sociais.

Na primeira década do século XXI, é possível perceber que categorias como diversidade, identidade e criatividade começam a adquirir contornos que permitem relacioná-las às capacidades ditas empreendedoras e estimuladas pela crescente terceirização da economia e pela capilarização dos *think tanks* junto às diversas organizações sociais na cidade do Rio de Janeiro. Considerados ativos importantes para o êxito econômico, essas categorias possibilitarão desdobramentos e a ressignificação de conceitos como território, empoderamento e protagonismo, pois tais conceitos associados às características da acumulação flexível do capital tornam-se imprescindíveis.

Contratar tendo em vista a diversidade não é mais uma obrigação legal, mas uma questão de sobrevivência econômica, pois a criatividade vem em todas as cores, gêneros e preferências pessoais. Horários, regras e códigos de vestimenta foram flexibilizados para atender o processo criativo. A criatividade deve ser promovida de diversas formas pelos empregadores, pelos próprios indivíduos criativos e pelas comunidades onde vivem. Não é de se espantar que o éthos criativo transponha o mundo do trabalho e penetre em todas as esferas da vida (Florida, 2011, p.6).

Categorias como "fazedor", "makers", "carreira hiefenada", "empresário de si mesmo" são algumas das novas formas de referência ao acúmulo de ocupações de parcela da juventude da cidade do Rio de Janeiro. A diminuição do trabalho formalizado dá lugar a uma diversidade de relações de trabalho terceirizadas, "cooperativadas", "empreendedoras", "voluntárias" entre outras.

² Por exemplo, a Rede GIFE que "reúne 129 associados que, somados, investem por volta de R\$ 3 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros. [Sua missão é] aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum." (Disponível em http://gife.org.br/quem-somos-gife/.) Acesso em 3 set. 2016.

³ Gife – Grupo de Institutos Fundações e Empresas (http://gife.org.br/quem-somos-gife/).

⁴ https://www.icco-cooperation.org/nl/.



No campo que envolve as ações do Estado e a execução de políticas públicas junto às juventudes de territórios favelizados, as parcerias criam um "mercado" dos projetos sociais. Nesse "mercado" há diversas disputas e sujeitos dentre as quais podemos destacar disputas por formas de representação e criação de novas territorialidades; por recursos e verbas privadas e públicas; por políticas sociais e seus sentidos pedagógicos porque envolvem formas diferenciadas de entendimento das questões sociais e suas determinações.

Os argumentos em torno da suposta ineficiência do Estado e suas políticas públicas criaram discursos legitimadores para uma maior participação da sociedade civil. Paralelamente aos aparelhos de coerção do Estado, a atuação da sociedade civil (Portelli, 1977), através dos aparelhos privados de hegemonia – os *think tanks* – na direção ideológica, se alterna produzindo consensos em torno das formas de entendimento e atendimento das questões sociais. A hegemonia da classe dirigente e seus intelectuais se realiza quando a sociedade civil prima sobre a sociedade política.

Ao buscar exercer a direção, com base de classe, os *think tanks* produzem uma gramática cuja finalidade é orientar o entendimento das questões sociais com potencialidade para desarticular leituras de mundo ancoradas numa perspectiva de classes, que deem conta dos antagonismos, e consequentemente possa ser contra hegemônica.

A combinação de coerção e consenso permite que a atuação do aparelho de Estado tenha uma face educadora dos conflitos sociais. A leitura liberal de sociedade civil, que concebe esta como esfera autônoma (Montaño; Duriguetto, 2011), encobrindo seu caráter de classe, é funcional para a difusão do *ethos* empreendedor e sua consequente universalização para esfera pública "ampliada" (Coutinho, 1996) mediada por intelectuais e organizações sociais financiados por institutos e fundos filantrópicos privados.

Essas parcerias são responsáveis por uma gama de ações voltadas para a promoção do empreendedorismo como ideologia, cuja funcionalidade é estruturante para as novas bases do capitalismo flexível e competitivo, que não pode prescindir de um mínimo de coesão social para sua expansão. A via ideal para por em circulação o ideário acerca das vantagens do empreendedorismo são os projetos (Rocha, 2015) desenvolvidos junto à parcela da população prestes a entrar no



processo produtivo – as juventudes das periferias e favelas – cujo objetivo é desenvolver competências para a empregabilidade, seja de forma subalterna, seja com um viés empreendedor.

Da mesma forma que esses inúmeros projetos podem criar possibilidades de leituras e práticas que empoderam e autonomizam sujeitos subalternizados para a criação de condições de enfrentamento das desigualdades sociais, um olhar mais analítico sobre os objetivos e as categorias utilizadas por um conjunto de sujeitos que atuam e mediam ações locais, permite realizar um recorte acerca de um *modus operandi* que vem redimensionando as formas de atuação da sociedade civil de um modo mais amplo.

A produção de leituras sobre o real a partir da construção de uma gramática acionada pelos projetos sociais e seus intelectuais, e seus enraizamentos nos territórios, representam um potencial capaz de interferir nas formulações de políticas públicas e pautar a agenda governamental, no sentido de produzir de ações que possuam impactos significativos sobre as populações de determinados territórios no sentido de orientar para as novas ocupações voltadas para a economia criativa.

III. Metodologia

A proposta de estudo busca mapear e problematizar elementos configuradores de um campo sem, no entanto, promover homogeneizações, generalizações que limitem as potencialidades das disputas do campo. A análise dos fundamentos históricos, políticos e ideológicos dos conceitos de território, protagonismo e empoderamento constituintes da gramática social, considerados elementos que caracterizam teoricamente discursos, práticas e processos que possam contribuir para um entendimento a cerca das lógicas e dinâmicas forjadas no campo envolvendo políticas públicas, juventudes, sociedade civil e democracia.

A realização de análise documental dos projetos e ações buscando mapear propostas, textos, documentos e autores de referência, premissas teóricas, categorias, objetivos, e inseri-los no debate teórico apontado acima, articulando a produção de conhecimento com as práticas significativas no campo dos projetos sociais na cidade do Rio de Janeiro nos últimos 20 anos.



A pesquisa analisa qualitativa os conceitos de *território*, *protagonismo* e *empoderamento* presente em projetos, livros, relatórios, publicações, artigos acadêmicos, jornais, reportagens e conteúdo dos *sites* de organizações sociais, instituições públicas e privadas, estes últimos denominados de *think tanks*. Propõe-se uma análise das formas como esses conceitos são apresentados e caracterizados, ou seja, desenhados e articulados a uma gramática social.

A pesquisa em andamento busca articular os dados – conceitos, suas genealogias e seus usos – com as produções teóricas de autores do campo das Ciências Sociais para, em seguida, analisar sua funcionalidade para o campo das políticas públicas sob os impactos das parcerias público-privadas e dos novos arranjos produtivos e sociais para a incorporação da classe trabalhadora no capitalismo precarizante.

IV. Território, protagonismo e empoderamento na gramática social

As modalidades de incorporação de demandas populares pelas agendas das frações da classe burguesa não são realizadas sem estratégias, negociações, tensões que possibilitam que brechas, ressignificações e propostas alternativas sejam transformadas em políticas públicas e sociais com capacidade para trabalhar as contradições do sistema ou para reproduzi-las.

Nesse sentido, palavras polissêmicas como *território*, *protagonismo* e *empoderamento* passam a ser acionadas pelos movimentos sociais, coletivos e organizações sociais. Tais conceitos são percebidos como "novas" formas de fazer política e produzir novas sociabilidades (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2000) consideradas como mais adequadas às formas contemporâneas de produção do território e decorrentes de novas subjetividades produzidas pelo capitalismo flexível (Alves, 2011).

Essa gramática é formada por um conjunto discursivo que representa um esforço conceitual que se espraia entre práticas, narrativas e produções escritas, cuja genealogia é reveladora das disputas, das estratégias e das negociações objetivando legitimar ações, práticas e políticas sociais não apenas estatais, mas a partir de uma pluralidade de atores sociais: produtores culturais populares, governos locais, lideranças comunitárias, empresas e bancos, organizações da sociedade civil, organismos multilaterais de fomento e intelectuais. Esses atores realizam alianças e atuam em



parcerias, com maior ou menor autonomia em relação aos objetivos dos financiamentos das agências de fomento, da mesma forma que disputam e negociam os sentidos de suas práticas, seja no campo social, cultural e/ou político, cujos efeitos podem orbitar em torno da formação de consensos, da crítica social e/ou do atendimento de demandas emergenciais, entre outros.

Em relação às favelas no Rio de Janeiro há uma questão central que são as imagens e representações construídas e associadas ao conceito de pobreza. Essa multiplicidade de discursos, cujas dimensões vão da perspectiva sanitarista, jurídica à dimensão política e econômica, mobilizou saberes na direção da criação de um tipo ideal acerca de um dos fenômenos para se pensar as formas de desigualdades sociais: as favelas.

Deslocar o lugar da favela do imaginário das ausências para territórios de intervenção (Valladares, 2005) e de possibilidades representa um esforço no plano discursivo de reorientar as práticas e as ações no sentido de "reconstruir" direitos sob novas formas de diálogos entre o Estado e populações. Com destaque para as três últimas décadas marcadas por um aporte significativo da presença das organizações da sociedade civil como importante ator não apenas no assessoramento das lutas populares, mas em certos casos desempenhando o papel de executores de políticas públicas.

Nesse processo de visibilidade de sujeitos subalternizados, novas perspectivas sobre o território são acionadas e, da mesma forma, outros lugares são ocupados na busca por modos de inserção não precarizantes sob os signos de novas significações sobre os territórios, sobre protagonismo e sobre empoderamentos.

O território e as ações locais têm um valor estratégico para as economias e os processos de circulação de mercadorias, incluindo serviços. Tornar os territórios populares centros de produção, difusão e inovação cultural, e as juventudes atores e autores de práticas, ou seja, protagonistas, possui uma dimensão mobilizadora, mas também portadora de ambiguidades no que se refere aos sentidos divergentes do que seja uma cidade mais justa, das formas da política de investimentos e das formas de apropriação política dos equipamentos culturais.



O discurso que se propõe a celebrar as diferenças promovendo "experiências estéticas inovadoras", ações no sentido de "valorizar encontros entre diferentes sujeitos sociais" e "afirmar direitos" vagueia no emaranhado de sentidos políticos que são atribuídos e disputados.

É recorrente o uso de marcadores formativos temporais junto aos jovens participantes dos projetos, no sentido de evidenciar as mudanças ocorridas após a inserção nos projetos. Essa dinâmica é operada pela metodologia da Agência Redes para Juventude. O coordenador pergunta no primeiro encontro do programa "quem é o jovem que mora na favela?", e destaca uma das respostas de um jovem: "É um cara que não quer nada". A mesma pergunta é realizada no final do programa pelo mesmo coordenador e a resposta é: "O jovem que mora na favela é um curioso".

Entre uma resposta e outra passaram-se nove meses. O suficiente para "o cara que não quer nada" parir "um curioso". Neste período, o que aconteceu não foi um curso, uma oficina, uma lavagem cerebral ou um milagre. Nada disso. Nestes nove meses, Wallace reinventou um espaço-tempo para si mesmo. Dentro da sua cidade, o Rio de Janeiro (Agência Redes para Juventude, p.18).

A aposta na circulação pelos territórios é uma marca das duas metodologias citadas. Ela se realiza através da promoção de encontros entre jovens de diferentes favelas, da construção de intervenções e de eventos em diferentes espaços da cidade, em que o desenvolvimento de uma "vontade de ação" e de ocupação engendraria "outras formas de operacionalização" para além do mercado formal, articulando, assim, ações no campo da cultura (Vieira, 2013).

Tal estratégia de incentivo a formas de positivação dos territórios populares possui várias interpretações, dentre elas, a que representa a construção de um regime discursivo (Velazco, Tommasi, 2013) como elemento central para promoção de uma nova imagem da cidade mercantilizada e com possibilidades de produção de valor através do capital humano com atributos de "fazedor" como um ativo imprescindível dessa lógica. Daí a promoção de uma gramática e "novas" representações que se afirmam relacionais em contraposição à ideia de uma cidade "partida", com territórios de "exclusão", de relações "ilegais" e "marginais".

A palavra empoderamento – *empowerment* – foi inserida na agenda das políticas públicas focalizadas no período de transição democrática e é hoje considerado por certos setores um senso



comum que muitas vezes prescinde de definições e é percebido como um dado, sem maiores análises. É um conceito com traços polissêmicos e encontra-se presente na

agenda política de diferentes atores e instituições, como governos, empresas e organizações da sociedade civil. Agências e bancos internacionais de desenvolvimento. Como praticamente todo tema emergente, o empoderamento gradativamente transforma-se numa moda intelectual, frequentando discursos de atores de orientações políticas e identidades culturais por vezes díspares e prestando-se a múltiplos usos. Pode-se falar, então, numa utilização polissêmica e indiscriminada do conceito ao sabor de quem o emprega conforme suas intenções e posição no espectro político-ideológico (Horochovski, 2006, p. 2).

A categoria empoderamento vem sendo acionada em decorrência de leituras e interpretações produzidas sobre as novas formas de lutas que destacam aspectos identitários a partir do recorte de gênero, étnico-racial, geracional, territorial entre outros, encobrindo as referências às classes sociais apesar de muitas análises se pautarem na existência de um sujeito coletivo. É justamente nas formas diferenciadas de operar o conceito de identidade que o descentramento de perspectiva de classe se desdobra. No entanto, esta não apenas é diluída, como muitas vezes, desaparece das análises para gerar novas centralidades ou até mesmo para substancializar sujeitos e grupos como vulneráveis, por exemplo, para em seguida "empoderá-los".

Inicialmente associado ao conceito de desenvolvimento, na década de 1970, e suas especificidades para os países periféricos, o conceito passa, na década de 1990, a ser apropriado pelo discurso neoliberal na busca pelos ajustes necessários aos novos padrões de acumulação flexíveis. Para tanto, é preciso voltar os esforços no sentido de promoção de políticas públicas que garantam um ativo importante que é a governança e ver como se articula às formas de entendimento da concepção de pobreza. Tão importante quanto a sua definição, são as suas funcionalidades para o terceiro setor, que estão associadas aos processos de legitimação das organizações e das suas práticas, tendo como critérios principais a profissionalização, a eficiência e a sustentabilidade financeira das mesmas (Gife, 2016).

De acordo com técnicos do Banco Mundial,

a governança consiste no que pode ser feito em matéria de reforma institucional para alcançar melhorias nas quatro áreas seguintes: atribuição de poder aos pobres; aumento da capacidade dos pobres mediante a melhoria de serviços básicos; oportunidades econômicas mediante maior acesso aos mercados; segurança contra choque econômicos e contra a corrupção, o crime e a violência. (Holmes; Knack; Manning; Messick; Rinne, 2017)



Tal forma de apropriação do conceito reforça uma dimensão instrumental e metodológica decorrente de um processo de despolitização, mas que, nos últimos anos, ao ser reapropriado por instituições da sociedade civil, ganha novos contornos por introduzir uma "abordagem baseada em direitos, a qual tem sua origem na luta pelo reconhecimento e promoção do conjunto de direitos humanos (civis, políticos, econômicos, culturais, etc.)" (Romano, Antunes, 2002, p.5). O papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil na mediação e nas formas de apropriação de conceitos possui uma dimensão significativa, principalmente, quando analisamos a produção de sentidos realizada por organizações que não realizam um trabalho na ponta ou na extremidade dos processos de intervenção, ou seja, não atuam na execução junto ao público alvo, mas sim, realizam uma operação intermediária de fornecer os sentidos, as formas de entendimento da questão social, momento este que precede o atendimento, a execução das várias formas de intervenção.

Uma das organizações que atua de forma intermediária é a *ActionAid*. Esse *think tanks* relaciona pobreza e empoderamento da seguinte forma:

[...] considera que para superar a pobreza se faz necessário promover a construção de um projeto crítico e alternativo de desenvolvimento fundado no empoderamento dos pobres e de seus representantes e aliados.

O empoderamento dos pobres e das comunidades viria a ocorrer pela conquista plena dos direitos de cidadania. Ou seja, da capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos (Romano, Antunes, 2002, p.6).

Os autores destacam o papel dos principais "agentes da transformação do Estado num instrumento de erradicação da pobreza" que são os "movimentos sociais e as organizações populares". No entanto, ressaltam a necessidade de "suporte" que significa a parceria com "ONGs e suas redes" (*idem*, p. 6).

Romano e Antunes (2002) sinalizam que o conceito de empoderamento assume diversas abordagens quando se refere ao combate à pobreza: transformismo, "empoderamento sem poder", "empoderamento neutro e sem conflitos", "empoderamento como dádiva", "empoderamento como uma técnica que se aprende em cursos (ou a pedagogização e a tecnicização do empoderamento)", e "a superpolitização e a atomização do empoderamento".

Utilizando as concepções do indiano Amayrta Sen, Romano e Antunes (2002) afirmam que



a abordagem de empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades (*capabilities*) das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Assim, através do empoderamento visa-se a que essas pessoas pobres e excluídas venham a superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas.

As capacidades (*capabilities*) são poderes para fazer ou deixar de fazer coisas. Assim, o conceito de capacidades não significa só as habilidades (*abilities*) das pessoas, mas também as oportunidades reais que as pessoas têm de fazer o que querem fazer (Romano, Antunes, 2002, p. 18).

No terreno da mediação, esses sentidos são construídos, evidenciando que os usos dos conceitos formadores dessa gramática social conformam entendimentos sobre a luta política, ou seja, seu caráter epistemológico, e a construção de identificações dos sujeitos dessa luta. Por exemplo, o grupo cultural Afroreggae e a Cufa.

Esses grupos são, em princípio, como diria Sílvia Ramos, objetos indomáveis. E por quê? Porque eles não nasceram como os outros, eles vêm da base, eles vêm da favela, eles precisam aprender a se organizar. Eles têm um desafio, que é aprender a se organizar; eles precisam da ajuda de instituições como a UNESCO, que tem, no seu discurso, no jargão profissional, o *capacity building and empowerment* [desenvolvimento de capacidades e empoderamento], só que, antes de aprisioná-los dentro das nossas regras, eles precisam de tempo (Jovchelovitch, 2013, p.164-165).

A citação acima é de um membro que fala em nome da Unesco, importante parceira de organizações da sociedade civil que atuam no Rio de Janeiro, e sinaliza como entende o dilema. O uso do termo "ajuda" coloca a questão de quem é sujeito e de quem é o objeto do empoderamento, portanto, quem fornece os contornos dessa relação de poder. "Existe um sujeito do empoderamento, que atribui 'mais poder' ao objeto do empoderamento" (Acselrad, Campelo, Bezerra, 2006, p. 66).

Os "objetos" do empoderamento – mulheres, negros, jovens, pobres, populações tradicionais, jovens – são acionados de formas diferenciadas. A atribuição de "mais poder" é gerenciada a partir de dimensões subjetivas e coletivas. As "sociabilidades subterrâneas" sinalizam que o desenvolvimento de potências individuais e "[...] capacidades para a ação criativa e para a resiliência são construídas nas trajetórias de vida". As identidades que acionam dimensões coletivas e de pertencimento – "favelado", juventude negra, mulher jovem, trabalhador – também são ressignificadas a partir dos sentidos construídos para o empoderamento e se desdobram em ações



que visam à produção de narrativas não hegemônicas que acionam tais identidades, ou identificações sugeridas pelas organizações. Para tanto, no campo de atuação das organizações sociais, há significativos investimentos para dar visibilidade a novos dados socioeconômicos, promover o acesso a novas formas de comunicação, produção e difusão de informação, e fomentar capacidades, habilidades e competências para que outros sujeitos, além do poder público e do mercado, intervenham na produção de uma agenda de direitos nos campos da cultura, das atividades econômicas e, principalmente, dos direitos fundamentais de primeira geração, como o direito à vida.

O conceito de protagonismo adquire crescentemente o papel estratégico nas políticas públicas e é um dos eixos centrais de projetos desenvolvidos por ONGs, organizações sociais de interesse público e agências de fomento. No entanto, vem sendo operado com o sentido prescritivo, nomeando a juventude que se encontra em condição de pobreza e prescrevendo modos de ser e de agir.

Há investimentos teórico-metodológicos em dimensionar a forma de participação: ser protagonista é *fazer* coisas e negociar interesses (Castro, Abramovay, Leon, 2007). Essa forma de nomear quem é o jovem e considerá-lo como um recurso que precisa *adquirir* e *acumular* repertórios, alguns previamente definidos, e potencializar a capacidade de investimento em si mesmo, conhecimentos e habilidades para a vida e para o trabalho – capital humano – e de investimento em comportamentos voltados para relações de solidariedade, cooperação, valores cívicos e uma cidadania ativa amparada em "boas práticas" – capital social –, é central para as políticas nortadas pelo Banco Mundial.

Para Giovanni Alves (2011), a disseminação de valores como o empreendedorismo e capacidades para a empregabilidade são os pilares do "novo homem produtivo do capital" (Alves, 2011, p. 89) sob hegemonia social do toyotismo.

Na medida em que o toyotismo é obrigado a se apropriar da participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhado (Gramsci, 1984b), a "captura" da subjetividade do trabalho torna-se sua obsessão íntima, a partir da qual ele vai operar, por meio das inovações sociometabólicas, um duplo movimento hegemônico – incorporar valores da vida do trabalho na produção do capital (é a ideia de que *business* é vida) e estender valores-fetiche da produção do capital na instância da reprodução social (a ideia de que vida é *business*) (Alves, 2011, pp. 100-101).



V. Conclusão

Ao acionar e disputar determinados sentidos, os conceitos de empoderamento, protagonismo e território fazem a mediação na construção de novas regulações sociais e sociabilidades decorrentes de novas identificações. Para Jorge Luiz Barbosa (2012), o uso do conceito de território é central para "conferir" pertencimentos e distinções quando se destaca a "dimensão territorial da cultura".

No entanto, a produção da diferença como motor da comercialização (Yúdice, 2004) coloca tal processo diante da problemática do "reenquadramento das identidades". Um elemento que compõe o recorte desse tema nessa problemática é o que Yúdice (2004) descreve como flexibilidade na procura de parcerias para grupos e movimentos e suas políticas de reconhecimento. A produção de novas narrativas sobre a cidade atua sobre um conjunto de relações complexas. A "nova cidadania" construída no reconhecimento da diferença estabelece novas estratégias que corroboram com a perspectiva da cultura como esfera de lutas e negociações (Yúdice, 2004), mas também de formas de gerenciamento desses mesmos conflitos e de negociação das diferenças, ou até mesmo de articulação do arcaico com o moderno nos modos de conviver no território.

A conveniência da cultura pode ser aqui percebida como aposta para romper e superar "a não-articulação entre os atores urbanos que caracterizou a cidade latino-americana" (Castells, Borja, 1996, p.157). As reivindicações da diferença passam a ser operadas como condição para se ter legitimidade e sustentabilidade das intervenções.

Para Silva (2012), romper com representações hegemônicas cujas referências não correspondem às formas criativas com que "práticas [são] desenvolvidas em diferentes localidades a fim de melhorar a qualidade da vida cotidiana, independente de juízos que se possa fazer sobre algumas delas" (Silva, 2012, p. 54).

Diante da crescente profissionalização, da institucionalização de formas de atuação e das reivindicações de direitos, permeada por diversos atores e instituições, o eixo norteador da cidadania cultural é a identidade e/ou desidentidade (Yúdice, 2014).



É a diferença que guia as concepções e práticas da "cidadania cultural", por exemplo, as demandas de inclusão e participação em países específicos [...] através da "sociedade civil global" projetada nos discursos da ONGs e das fundações e organizações intergovernamentais [...] (Yúdice, 2014, p. 255).

Assim, é central articular a formação de uma gramática do social e reunir elementos que possibilitem caracterizar possíveis usos e os desdobramentos dos processos de interação, ou parcerias, que vêm dando ampla e considerável visibilidade às "falas dos territórios" (Barbosa, 2012, p. 155, grifos do autor).

A responsabilização individual pelas condições de subalternidade – material e sociopolítica – promove novos formatos de compreensão e ação sobre tal fenômeno criando uma gramática estruturante de formas de compreensão da pobreza, das condições de sua reprodução e dos modos de gerenciá-la, mas não combatê-la. O que está em jogo não são questões estruturais.

As possibilidades de inclusão e de alteração de "seu lugar nas margens" são organizadas a partir da perspectiva dos interesses do mercado, das empresas, "abrindo" os territórios aos negócios locais e corporativos. Importante destacar que "novos agenciamentos são realizados 'de fora para dentro' e estimulados para que se reproduzam 'de dentro para fora'" (Leite, 2015, p. 395).

Essa articulação não representa uma nova relação entre centro e periferia, mas sim novos arranjos produtivos no sentido de dinamizar o processo de produção e circulação de mercadorias. A mercadoria chave é a cultura, entre outras categorias derivadas, que associada ao capital humano no seu sentido mais complexo, por processos de trabalho – material e imaterial –, vem sendo acionada como meio para tornar universais valores de classe – o novo *ethos* do empreendorismo – mediados pela gramática social e suas possibilidades de "aderência" à lógica do processo de acumulação flexível do capital.



VI. Bibliografía

Acselrad, Henri; Mello, Cecília Campello do Amaral; Bezerra, Gustavo das Neves. (2006) *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond.

Agência de Redes para Juventude. http://agenciarj.org/wp-content/uploads/2013/04/cata%CC%81logo_age%CC%82ncia-final.pdf.

Alvarez, Sonia E.; Dagnino, E.; Escobar, Arturo (orgs.) (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.* – Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Alves, Giovanni. (2001) Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. – São Paulo: Boitempo.

Barbosa, J. Luiz. (2012) Território e cultura na metrópole. In: *O novo carioca*. Silva, Jailson de Souza; Barbosa, Jorge Luiz; Faustini, Marcus Vinícius. – Rio de Janeiro: Mórulo Editorial.

Castells, Manuel; Borja, Jordi. (1996) As cidades como atores políticos. Novos Estudos CEBRAP, n. 45, jul. Disponível em http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/724. Acesso em: 13 nov. 2017.

Castro, Mary Garcia; Abramovay, Miriam; Leon, Alessandro de. (2007) *Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes.* – São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.

Coutinho, Carlos Nelson. (1996) *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.* – São Paulo: Cortez.

Florida, Richard. (2011) A ascensão da classe criativa e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano. – Rio de Janeiro; L&PM Editores.

Gife - Indicadores de governança: entenda por que sua organização não pode ficar fora dessa. Disponível em http://gife.org.br/indicadores-de-governanca-entenda-por-que-sua-organizacao-nao-pode-ficar-fora-dessa/. Acesso em 01 out. 2016.

Holmes, M.; Knack, S.; Manning, N.; Messick, R.; Rinne, J. *Governança e redução da pobreza*. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/383606-1205334112622/4768783-1205334135157/gov0118.pdf. Acesso em: 5 out. 2017.

Jovhelovitch, Sandra. (2003) Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO.

Leite, Márcia Pereira. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de "pacificação". (2015) In: Birman, Patrícia; Leite, Márcia P.; Machado, Carly; Carneiro, Sandra de Sá. (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes. Ordens e resistências.* – Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 377-401.



Montaño, Carlos, Duriguetto, Maria Lúcia. (2011) Estado, classe e movimento social. -2. Ed.- São Paulo: Cortez.

Motta, Vania. (2012). *Ideologia do capital social. Atribuindo uma face mais humana ao capital.* – Rio de Janeiro: EdUERJ.

Portelli, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. – Rio e Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Rocha, Lia de Mattos Rocha. (2015) O "repertório dos projetos sociais": política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In: Birman, Patrícia; Leite, Márcia P.; Machado, Carly; Carneiro, Sandra de Sá. (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes. Ordens e resistências.* – Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 319-341.

Castro, Mary Garcia; Abramovay, Miriam; Leon, Alessandro de. (2007) *Juventude; tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes.* – São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.

Romano, Jorge O., Antubes, Marta. (2002) *Empoderamento no combate à pobreza*. ActionAid. Disponível em http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf.

Silva, Jailson de Souza. Um espaço em busca de seu lugar. (2012) In: *O novo carioca*. Silva, Jailson de Souza; Barbosa, Jorge Luiz; Faustini, M. Vinícius. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial.

Valladares, Licia do Prado. (2005) *A invenção da favela: mito de origem a favela.com.* – Rio de Janeiro: Editora FGV.

Velazco, Dafne; Tommasi, Livia De. (2013) *A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 56, p. 15-42, jun. 2013. DOI: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901Xv0i56p15-42.

Vieira, Gilberto. (2013) Por outra construção da produção cultural no Brasil: um olhar sobre a execução das intervenções do Solos Culturais nos territórios. Barbosa, Jorge Luiz; Dias, Caio Gonçalves. *Solos Culturais*. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, pp. 109-123.

Yúdice, George. (2004) *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global.* – Belo Horizonte: Editora UFMG.